

CAMPONESES E INDÚSTRIAS: ASPECTOS DA INTEGRAÇÃO NO NORTE DO PARANÁ

Eliane Tomiasi Paulino – Universidade Estadual de Londrina
eliane.tomiasi@uel.br

Muito já se refletiu sobre o caráter de transcendência da classe camponesa, dada a sua presença nos diversos modos de produção que a história registra. A dúvida sobre sua capacidade de se adequar às diferenças estruturais de organização da produção econômica e reprodução social se instaura com a emergência do modo capitalista de produção e, particularmente, quando a agricultura se converte em atividade chave para o funcionamento do circuito mercantil. Por ter evoluído, ao longo dos séculos, sem abdicar do princípio da unidade familiar, a nova configuração imposta pela lógica da acumulação ampliada não só colocou desafios à sobrevivência dos indivíduos, como despertou dúvidas acerca de sua capacidade de resistir, enquanto classe, à destituição dos meios de produção. É fácil compreender o fundamento de tais incertezas na Europa daquele contexto, já que os fatos pareciam conclusivos: terras comunais transformadas em propriedades privadas, camponeses expulsos, trabalhadores autônomos convertidos em proletários urbanos ou rurais, daí o surgimento da tese clássica de desaparecimento do campesinato. Desde então, uma significativa parte dos estudiosos da questão agrária tem atrelado, automaticamente, o desenvolvimento técnico no campo ao banimento dos camponeses, tidos como expressão de um resquício do atraso a ser resgatado pela história, seja como sujeitos destituídos da identidade de classe em face da inserção no mercado, nesse caso agricultores familiares, ou sujeitos acomodados na regra definida pela teoria dominante, nesse caso, proletários ou burgueses. Ocorre que essa pretensa homogeneidade não encontra respaldo na realidade, que se encarregou de expor o equívoco teórico acerca do campesinato, que segue se reproduzindo tanto em situações de severas privações, quanto em acentuada articulação com o modelo técnico dominante. É justamente o segundo caso que trazemos para esse debate, tomando por referência os camponeses inseridos no sistema de integração, em suas diferentes vertentes, do Norte do Paraná. Analisar, pois, a lógica de reprodução dessa fração do campesinato requer a compreensão de que o modo capitalista de produção não é, como já advertira Oliveira (2002), um modo de produção de mercadorias per se, mas sim um modo de produção voltado à acumulação ampliada, sendo a circulação das mercadorias o sustentáculo dessa equação. Trata-se, portanto, de reconhecer que, em face dessa lógica, as contradições emergem, como é o caso da monopolização do território pelo capital nos locais em que a territorialização capitalista não se configura. A dinâmica interna desses territórios monopolizados revela a territorialização do campesinato em seu interior, o que se confirma como expressão do desenvolvimento contraditório do capitalismo e que, nesse caso, se manifesta nas práticas de integração. A integração consiste na relação em que a produção

agroindustrial se faz a partir de dois pólos interdependentes: de um lado, os camponeses, incumbidos de fornecer a matéria-prima às agroindústrias. De outro, as integradoras, que se encarregam de disponibilizar aos primeiros a base para que essa produção se realize. No Norte do Paraná, a integração camponeses-indústria ocorre sobretudo nas seguintes atividades: avicultura de corte, sericicultura e fruticultura. No caso da avicultura de corte, bastante disseminada na região, cada unidade familiar integrada é responsável pela criação de 10.000 frangos, em média. Cabe aos camponeses a construção e manutenção de todas as estruturas envolvidas na criação das aves, incluindo-se aí a granja, comedouros e bebedouros, aquecedores, ventiladores etc, enquanto que a empresa fornece os pintos e a ração, além da assistência técnica. É importante lembrar que as integradoras dão preferência aos camponeses, em face da redução dos custos na produção da matéria-prima que necessitam, pois essa atividade requer mão-de-obra diferenciada e vigilância permanente, o que tornaria dispendioso a produção própria, via assalariamento. Por outro lado, os camponeses vêem na integração a possibilidade de rendimento monetário em ciclo mais curto que o das atividades tradicionais, o que lhes permite arcar com as despesas mensais, como energia elétrica, combustível etc. Outra modalidade de integração presente na região é a sericicultura, estimulada pela presença de três indústrias de fiação da seda. Na sericicultura, cabe aos camponeses a criação do bicho da seda, o que implica em arcar com os custos da construção e manutenção do barracão, bem como com a alimentação dos bichos, que se restringe aos ramos de amoreira. As indústrias fornecem as lagartas recém-nascidas e recebem os casulos, ao final do ciclo. Embora a sericicultura seja uma atividade de rendimentos muito baixos, é uma alternativa para os camponeses que possuem pouca terra, já que o cultivo de amoreira em cerca de dois hectares viabiliza a atividade. Quanto à fruticultura, os termos da integração são bastante distintos, já que a empresa integradora é uma cooperativa e os integrados são os próprios cooperados, o que supõe o retorno dos lucros da atividade, de uma forma ou de outra, aos próprios camponeses. Nesse sistema, são cultivados citros e uva, que alimentam a indústria de suco da cooperativa. Ao analisar essas experiências, notamos que a relação de integração concede aos camponeses o mínimo de segurança, tendo em vista a garantia de comercialização da produção. É essa garantia que lhes permite a diversificação das atividades, o que, ao fim, assegura a sua reprodução autônoma, ainda que centrada na sujeição da renda da terra ao capital .

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINS, José de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2002. p.63-110.

CAMPESINOS Y INDUSTRIAS: ASPECTOS DE LA INTEGRACIÓN EN EL NORTE DEL PARANÁ

Eliane Tomiasi Paulino – Universidade Estadual de Londrina
eliane.tomiasi@uel.br

Mucho se hay reflejado sobre el carácter del transcendencia de la clase de los campesinos, dado su presencia en el diversos modos de la producción que la historia registra. La duda en su capacidad de si ajustar a las diferencias estructurales de la organización de la producción económica y de la reproducción social si instaura con la emergencia del modo capitalista de la producción y, particularmente, cuando la agricultura si convirti en la llave de la actividad según el funcionamiento del circuito mercantil. En consecuencia de tener evolucionado, al largo de los siglos, sin la abdicación del principio de la unidad familiar, la nueva configuración infundida para la lógica de la acumulación ampliada no solamente colocou desafíos sobre la supervivencia de los individuos, como despertou dudas referente a su capacidad de resistir, como clase, a la destitución de los medios de producción. Es fácil entender el fundamento de tales incertidumbres en la Europa de ese contexto, puesto que los hechos se parecían concluyentes: las tierras comunales transformadas en propiedades privadas, campesinos expulsos, trabajadores autónomos convertidos en proletarios urbanos o agrícolas, razón de la tesis clásica de la desaparición del campesinos. Desde entonces, una parte significativa de los estudiosos de la cuestión agraria tiene atrelado, automáticamente, el desarrollo técnico de el campo al destierro de los camponeses, tomados como resquício del retraso para ser rescatados por la historia, ou como sujetos sin la identidad de clase por causa de la inserción en el mercado, en esto caso agricultores familiares, o los sujetos acomodados en la regla definida por la teoría dominante, en esto caso, proletarios o burguéses. Ocurre que esta pretensa homogeneidad no encuentra el endoso en la realidad, que si encargou de exponer el error teórico referente al campesinato, que de tal manera sigue a si reproducir en situaciones de privacións severas, y en articulación acentuada con el modelo técnico dominante. El segundo caso és o cual propomos para esta discusión, tomando por la referencia los camponeses insertados en el sistema de la integración, en sus diversas vertientes, del Norte del Paraná. A analize de la lógica de la reproducción de esta fracción del campesinato requiere la comprensión de que el modo capitalista del producción non es, como advertera Oliveira (2002), una manera de la producción de mercancías por sí mismo, pero una

manera de la producción que se vuelve a la acumulación extendida, siendo la circulación del mercancías el soporte de esta ecuación. Tratase, por lo tanto, de reconocer que, en el caso de esta lógica, las contradicciones emergen, como el caso del monopolización del territorio por el capital en los lugares donde no se configura la territorialización capitalista. La dinámica interna de estos territorios monopolizados confirma la territorialización del campesinato en su interior, que es la expresión del desarrollo contradictorio del capitalismo y se confirma, en este caso, en las prácticas de integración. La integración consiste en la relación donde la producción agro-industrial es marcada por dos polos interdependientes: de un lado, los campesinos, encargados de proveer la materia prima a las agroindustrias. De otro, los integradores, que se encargan de disponibilizar una base para que esta producción se suceda. En el Norte del Paraná, la integración campesinos-industria ocurre en las siguientes actividades: cría de aves de corte, cría de bichos de la seda y plantación de frutas. En el caso de las aves de corte, cada unidad familiar integrada es responsable por la creación de 10.000 pollos, en promedio. Allí cabe a los campesinos la construcción y el mantenimiento de todas las estructuras implicadas en la creación de los pollos, incluyendo la granja, los comederos y los bebederos del agua, los calentadores, los ventiladores etc, mientras que la compañía provee a los pollos jóvenes y a la ración, más allá de la ayuda técnica. Es importante recordar que los integradores dan preferencia a los campesinos, por causa de la reducción de los costes en la producción de la materia prima que necesitan, pues esta actividad requiere atención distinguida y supervisión permanente, el que sería dispendioso en la relación asalariada. Por otra parte, los campesinos consideran, en la integración, la posibilidad de renta monetaria en el ciclo más corto que de las actividades tradicionales, que les permite arcar con los gastos mensuales, como energía eléctrica, combustible etc. Otra modalidad de la integración en la región es la cría de bichos de la seda, estimulado por la presencia de tres industrias del procesamiento de la seda. En esta actividad, la creación del bicho de seda es hecha por el campesino, que implica en arcar con los costes de la construcción y del mantenimiento del barracón, así como con la alimentación de los animales, que se restringe a la rama de la amoreira. Las industrias proveen las larvas y reciben los capullos, al extremo del ciclo. Aunque la creación del bicho de seda es una actividad de rentas muy bajas, es una alternativa para los campesinos que poseen poca tierra, puesto que la cultura del amoreira es cerca de

dos hectáreas hace posible la actividad. Cuánto la plantación de frutas, los términos de la integración es suficientemente distinto, puesto que el integrador es una cooperativa y los integrados son los cooperados, qué tienen la vuelta de los beneficios de la actividad, de una forma o otra. En este sistema, son cultivados citros y uva, que alimentan la industria del jugo de la cooperativa. Al analizar estas experiencias, notamos que la relación de la integración concede a los camponeses el mínimo de seguridad, en la vista de la garantía de la comercialización de la producción. Es esta garantía que todavía les afianza a diversificación de las actividades, qué, al extremo, les asegura su reproducción independiente, apoyada en el sometimiento de la renta de la tierra al capital.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINS, José de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2002. p.63-110.